ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DO PROCON
CNPJ: 03.124.926/0001-87
Rua Barra Funda, 933, sl. 04 – São Paulo – SP – CEP: 01152-000
E-mail: afprocon@afprocon.org.br

Comunicado sobre a reunião com a DEX no dia 31 de maio de 2023.

Presentes na reunião:
DEX: Wiltons Ruas, Luiz Orsatti Filho, Carlos A M Coscarelli;

SISPESP: Lineu Neves Mazzano, Neide Ayoub, Secretaria Geral; Hedianni Faioli Rogério, Delegada, Aline Turbuck Celestino, Advogada; Francisco Fernandes Santana, Advogado;

AFPROCON: Adriana Rodrigues, Presidenta, Cesar Baldon, diretor de comunicação e Conselheiro do Conselho Curador da Fundação Procon; Sergio Augusto Pinto Oliveira, advogado.

Deu início a reunião, o Sr. Lineu Neves, Presidente do SISPESP, primeiramente parabenizando a DEX pela publicação da Portaria Administrativa nº 86/2023, que estabelece a Mesa de Discussão Permanente entre o Procon/SP e entidades representantes dos servidores, e passou a falar sobre os pleitos da Pauta Reivindicatória de forma geral e elencando os principais pontos, quais sejam, o processo seletivo interno e a situação dos EPDC's I no que tange à desigualdade salarial destes no exercício dos mesmos trabalhos que os EPDC's dos níveis II em diante.

Na sequência, o Dr. Sergio, advogado da AFPROCON, pediu a palavra para solicitar uma previsão da complementação do reajuste de 5,75%, considerando que o índice IPC/FIPE acumulado no período (fev/22 à mar/23) foi de 6,70%, bem como os reajustes referentes aos anos anteriores, sendo respondido pelo Sr. Wilton Ruas que a diferença de percentual no referido reajuste está sendo questionada junto à Comissão de Política Salarial, e que o processo quanto aos percentuais pendentes, no total de 14,78%, foi enviado a CPS, logo após o comunicado do reajuste de 5,75%.

O Dr. Sergio também informou e apresentou o termo de acordo realizado com a Fundação CASA, assinado pela Casa Civil e pela Secretaria da Justiça e Cidadania, o qual contém uma previsão de implantação das promoções e promoções dos últimos 4 (quatro) anos, pendentes naquela Instituição, pleito este assemelhado aos dos servidores do Procon-SP, e que no seu entender serve de fundamento para que tais direitos sejam

contemplados ao corpo funcional, em requerimento a ser feito à CPS, com fundamento na equiparação de tratamentos dado às fundações públicas estaduais.

Na sequência, Dr. Sérgio solicitou ao Sr. Wilton Ruas que tente uma reunião com a CPS, a AFPROCON e o SISPESP para um diálogo sobre os principais pleitos dos funcionários da Fundação. Adriana Rodrigues, Presidenta da AFPROCON, ressaltou que tal medida seria um marco de rompimento entre os paradigmas de gestão deste Governo em relação aos anteriores. Sobre o processo seletivo interno de 2019, o DEX informou que enviou pedido para a utilização de 1% do limite de aumento da folha para este fim e mais e 0,20% para as progressões verticais, excedendo assim o previsto no PCCS.

Neide Ayoub, Secretária Geraal do SISPESP e Vice Presidenta da AFPROCON mencionou haver questionamentos quanto aos critérios adotados na distribuição de promoções do certame de 2019, tendo sido informada pelo Carlos Coscarelli que o cálculo respeitou o percentual de funcionários em cada cargo frente ao valor a ser empenhado.

Sobre os itens de estabilidade constantes na pauta, Sr. Wilton Ruas esclareceu que não existe plano de alteração da natureza jurídica do Procon-SP, mas que o Governo está reformulando as diretrizes para as Fundações públicas, no sentido de parametrizar as carreiras de forma similar, determinando um plano geral para todas as Fundações.

Adriana Rodrigues ainda perguntou sobre o PLC que estava com o Secretário da Justiça e Cidadania e obteve a informação de que o projeto retornou ao Procon-SP e está parado aguardando decisão referente a todas as fundações públicas, e que existe ainda uma outra possibilidade, a de que ele seja homologado como decreto para a correção das graves falhas no PCCS atual, como o limitador de 10% na mesma letra, a questão dos cargos comissionados, dos EPDC's I, dos extintos e dos isolados.

Em seguida, Neide Ayoub perguntou sobre os processos para os pleitos de auxílio-funeral, seguro de vida e convênio odontológico. Carlos Coscarelli informou que todos os processos foram recusados, mas que haveria nova tentativa de aprovação. No ínterim do diálogo sobre este tema, argumentou-se que algumas fundações possuem estes benefícios.

A Hedianne, Delegada do SISPESP pediu a palavra e falou sobre o grande descontentamento gerado pelo aumento de 2 dias presenciais para vários setores em que não se verifica tal necessidade.

Adriana Rodrigues acrescentou que o teletrabalho foi pensado para alguns setores e diretorias da Fundação, nos quais existem atividades eminentemente virtuais e que houve a extensão para outras áreas por conta da pandemia, portanto, o término da pandemia não justifica a descontinuidade da modalidade, bem como que não era possível nivelar ou igualar setores, dado o tipo de atividade de cada um deles.

A Presidenta da AFPROCON ressaltou que o teletrabalho trouxe qualidade de vida aos funcionários, bem como aumento nos atendimentos e produtividade em geral, elencando alguns dados passados por colegas de diversas diretorias, ressaltando incrementos em algumas de mais de 200% nos resultados.

A Adriana Rodrigues ainda informou que de acordo com a justificativa anterior, a de que havia pouquíssimos funcionários na Barra Funda, alguns colegas reconhecem falhas no planejamento das diretorias, o que fez com que em determinados dias a quantidade de funcionários em trabalho presencial fosse excessivamente reduzida, mas que isto poderia ser revisto e mais bem planejado.

A Presidenta da AFPROCON, informou que alguns colegas estavam aguardando no corredor em frente a DEX em desagravo ao aumento para dois dias de trabalhos presenciais e que todos os funcionários solicitam a reconsideração da decisão.

E continuou afirmando que a DAOC, que tem em sua maioria EPDC's I e Cargos Extintos, foi mais prejudicada com o aumento de dias presenciais, onde o trabalho eminentemente virtual difere de outros que exigem a presença do funcionário. Ressaltou ainda que o parco salário destes funcionários será muito afetado com os custos de mais um dia presencial.

Neide Ayoub destacou que o impacto das despesas orçamentarias com 4 dias presenciais, no caso das secretárias, é desproporcional em relação aos demais, se considerarmos a ausência de carreira das ocupantes desse cargo. Sr. Wilton Ruas preocupou-se em esclarecer que procurou equalizar a situação da melhor forma possível, na medida em que renunciou a um dia presencial de sua secretária, cuja presença se faz necessária todos os dias da semana.

Ainda sobre o tema teletrabalho, Sr. Wilton Ruas informou que o Governo está voltado a proporcionar melhorias no atendimento ao cidadão e que por isto existe a necessidade da presença de funcionários. Ele também ressaltou a expressiva ausência de funcionários, com faltas justificadas nos dias de trabalho presencial.

Adriana Rodrigues asseverou que casos pontuais não devem ser considerados como regra para o todo e que a maioria não pode ser prejudicada por uma minoria, mas que ainda assim, se o Procon-SP não quiser reconsiderar a decisão, que tomemos como estudo já para a próxima reunião da Mesa Permanente, um acordo coletivo e todas as suas variáveis, para o estabelecimento do teletrabalho com dois dias presenciais, evitando-se assim a elevação desse número, ao menos pelos próximos dois anos.

AFPROCON e SISPESP falaram sobre a busca por apoio ao PLC junto a deputados, e Diretor Executivo informou que apoia a iniciativa. Em outro momento, no encerramento da reunião o DEX nos pediu para ficarmos atentos com relação a novos projetos como foi o do PL 596/2022.

Por fim, Adriana Rodrigues entregou um manifesto elaborado pelos EPDC's I e informou que Rodrigo Tritapeppe, Diretor da DAOC, comprometeu-se a estudar uma forma de melhor promover a equidade para os funcionários de postos de atendimento e da DAOC.

A Presidenta da AFPROCON relatou rapidamente algumas possibilidades para que alguns colegas prefiram trabalhar 6 horas nos dias presenciais nas delegacias ou postos, caso não tenha a necessidade de compensação e esta perspectiva, dentre outras, pode promover o teletrabalho em dois dias presenciais para os postos, sem necessidade de revezamento e também informou que o NTS decidiu exercer alguns dias de atendimento presencial nos postos do Poupatempo. O Diretor Executivo informou que está acompanhando este tema.

Lineu Neves informou ao Dr. Luiz Orsatti, Chefe de Gabinete, que as medidas de melhoria precisam de um prazo para acontecerem e nesta esteira fomos informados da data de uma reunião para o dia 16/06/2023, com retorno sobre os encaminhamentos da pauta mais o tema teletrabalho.

ADRIANA RODRIGUES

AFPROCON – ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DO PROCON